

MEMÓRIA DO TRABALHO E MEMÓRIA AMBIENTAL:

AS INDÚSTRIAS DE CURTUME DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS

LABOR MEMORY AND ENVIRONMENTAL MEMORY:

THE TANNERY INDUSTRIES OF RIO DOS SINOS/RS

MARGARETE FAGUNDES NUNES*
ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA**
JOÃO ALCIONE SGANDERLA FIGUEIREDO***

*Universidade Feevale, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Mestrado em Indústria Criativa, Novo Hamburgo, RS, Brasil

**Universidade Feevale, Programa de Pós-Graduação em em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Processos e Manifestações Culturais, Novo Hamburgo, RS, Brasil

***Universidade Feevale, Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental, Novo Hamburgo, RS, Brasil

R E S U M O : O artigo apresenta uma discussão sobre paisagem urbana, memória do trabalho e memória ambiental no Vale do Rio dos Sinos - RS, Brasil, por meio de uma coleção de texto e imagem organizada em torno das trajetórias sociais de sujeitos que estiveram ou ainda estão vinculados à indústria do couro na região. Este material compõe o acervo de coleções etnográficas de pesquisas desenvolvidas desde 2012, visando compreender as trajetórias sociais desses sujeitos, “narradores do trabalho”, no contexto da região metropolitana e das suas dinâmicas: os deslocamentos populacionais, a ocupação urbana, os conflitos ambientais, a percepção das transformações do mundo do trabalho, a relação do trabalho industrial com a paisagem e as águas urbanas. Trata-se de uma pesquisa antropológica que se apoia na etnografia da duração e apresenta as trajetórias desses sujeitos no contexto das indústrias de curtume, além das relações da memória do trabalho com a paisagem urbana da região e a edificação de uma memória ambiental.

P A L A V R A S - C H A V E : memória ambiental, memória do trabalho, etnografia da duração, águas urbanas, paisagem urbana

A B S T R A C T : The article presents a discussion on urban landscape, labor memory and environmental memory in the Rio dos Sinos Valley - RS, Brazil, through a collection of texts and images organized based on the social trajectories of subjects who were or are still linked to the leather industry in the region. This material compiles the collection of ethnographic research developed since 2012, aiming to understand the social trajectories of these subjects, “narrators of the work”, in the context of the metropolitan region and its dynamics: population displacement, urban occupation, environmental conflicts, the perception of the transformations of the world of labor and the relationship between industrial work, landscape and urban waters. It is an anthropological research based on duration ethnography, presenting the trajectories of these subjects in the context of the tannery industries, as well as the relationship between labor memory and the urban landscape of the region, and the construction of an environmental memory.

K E Y W O R D S : Environmental Memory, Labor Memory, Duration Ethnography, Urban Waters, Urban Landscape.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p173>

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de articular estudos sobre memória do trabalho e memória ambiental (DEVOS, 2007; 2009; 2010), apresentamos resultados de uma pesquisa etnográfica iniciada, mais precisamente, no final de 2012, no Vale do Rio dos Sinos - RS¹. Desde 2014, passamos a registrar, por meio de produção audiovisual, narrativas biográficas e trajetórias sociais de homens e mulheres moradores da região dos Sinos que estivessem ligados às indústrias de curtumes no momento da realização da pesquisa ou em períodos anteriores.

No presente artigo, priorizamos, a partir das trajetórias sociais desses sujeitos, a discussão acerca da relação do trabalho industrial com a paisagem e as águas urbanas, na perspectiva de uma etnografia da duração (ECKERT e ROCHA, 2013), situando os conflitos ambientais, a percepção das crises e das rupturas do mundo do trabalho. A arqueologia da fala dos nossos interlocutores de pesquisa – que descrevem as cidades e os curtumes a partir de suas narrativas de vida, trajetórias e itinerários urbanos – une-se às imagens que compõem a arqueologia do gesto e da forma que configura a memória do desenvolvimento industrial e da paisagem urbana do Vale do Rio dos Sinos.

A paisagem é, aqui, compreendida na perspectiva dualista simmeliana enquanto demarcação, parte de uma totalidade, de uma unidade que é a natureza. É, ao mesmo tempo, o particular e a representação do universal. A paisagem não se limita a um conjunto de elementos naturais, mas necessita de um conceito que a unifique, de uma “disposição anímica”, de um “processo afetivo exclusivamente humano” (SIMMEL, 2009, p.15).

O artigo está estruturado do seguinte modo: 1. Apresentação do recorte interpretativo e do conceito de memória ambiental aplicado aos estudos etnográficos do mundo do trabalho, em especial, alinhado ao conceito de etnografia da duração; 2. O Vale do Rio dos Sinos, a indústria do couro e os conflitos ambientais; 3. Crises e rupturas do mundo do trabalho, transformações da paisagem urbana; considerações finais.

DESCOLONIZANDO A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO VALE DOS SINOS: A MEMÓRIA AMBIENTAL

O surgimento dos curtumes e o seu impacto na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos circunscrevem-se, por um lado, no interior do ambiente psicossocial que acompanha o processo de descolonização do Brasil e sua adesão ao ideário moderno do trabalho livre, que se implanta com a chegada dos imigrantes alemães no Vale dos Sinos ao longo do século XIX, em contraposição ao trabalho escravizado. Por outro lado, o desenvolvimento urbano-industrial que resulta desse processo dialoga, em profundidade, com os antigos modelos de exploração predatória dos recursos naturais característicos da conquista do Novo Mundo e de seus territórios.

Neste artigo, abordamos o conceito de memória aplicado aos estudos das grandes metrópoles contemporâneas, na perspectiva delineada por Eckert e Rocha (2005), ou seja, enquanto fenômeno que nos permite refletir sobre a dialética temporal que

1 O Vale do Rio dos Sinos - RS, segundo a divisão dos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento – é formado por 14 municípios: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul. No entanto, a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos totaliza 32 municípios.

abarca as interações dos sujeitos/grupos e comunidades nas relações com seus territórios de vida. As autoras partem dos estudos clássicos sobre o conceito de memória (individual, social ou coletiva), em especial, aqueles desenvolvidos por Henri Bergson (1999) e, depois, Maurice Halbwachs (1990), atualizando-o à luz das reflexões de Bachelard (1994) sobre a dialética da duração e de Ricoeur (1994) sobre tempo e narrativa, no esforço de situá-lo no contexto das modernas sociedades complexas.

No Brasil, o percurso teórico e conceitual de Eckert e Rocha (2005; 2013) tem como referência os estudos clássicos da antropologia urbana de Gilberto Velho, Ruth Cardoso, Eunice Duhram, entre outros. Portanto, para o caso deste artigo, assim como assinalam as autoras, o fenômeno da memória se traduz na ação inteligente de sujeitos/grupos/comunidades na interpretação, através de um tempo pensado, das transformações de seus espaços de vida.

É no interior da pesquisa sobre o fenômeno da memória para o conhecimento dos arranjos entre cidade e natureza que as autoras propõem o conceito de etnografia da duração, (ECKERT e ROCHA, 2013), a fim de compreender a dialética espaçotemporal que orienta as trajetórias sociais, as narrativas biográficas, as formas de sociabilidade e os itinerários dos indivíduos/grupos como parte dos processos de construção das paisagens urbanas.

Pautamos nossa pesquisa acerca das memórias da instalação das indústrias de curtumes do Vale do Sinos-RS adotando a perspectiva da etnografia da duração. Da conjugação dos estudos de memória, em especial, de uma etnografia das memórias do trabalho, tendo como foco a dialética espaçotemporal que orienta o estabelecimento de inúmeras indústrias de curtumes no Vale dos Sinos-RS, é que decorre nosso interesse pela "questão ambiental" nos contextos metropolitanos da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos.

Inspiramo-nos no estudo de Devos (2007; 2009) sobre o arquipélago de ilhas de Porto Alegre-RS, por meio do qual o autor delinea o conceito de memória ambiental. Segundo esse autor, a memória ambiental abarca a compreensão das formas pelas quais a experiência de vida urbana em um determinado território expressa, nos fios do tempo, os saberes e fazeres por meio dos quais os sujeitos interagem com o seu ambiente e a forma como um determinado ecossistema reage a eles. Em especial, o autor investiga como os "ilhéus" dialogam, nos arranjos de seus jogos de memória, com as concepções de "crise ambiental" ou "questão ambiental", por força dos movimentos sociais e de ações do próprio Estado. Da mesma forma, o autor analisa a forma como esse processo transparece nas paisagens atuais das ilhas que se situam às margens do Delta do Rio Jacuí, que são, posteriormente, transformadas em APA (Área de Proteção Ambiental) por meio de leis, normas e orientações, planejamentos e criação de instituições que procuram regular a vida das comunidades locais.

O conceito de memória ambiental permite-nos dialogar com estudos da ecologia política por força do apelo contemporâneo da "questão ambiental", fenômeno estudado por Leite Lopes (2006) e por ele conceituado como "ambientalização da vida social" ou "ambientalização dos conflitos sociais". No interior dessa problemática, situamos nosso estudo sobre memória ambiental da indústria dos curtumes no Vale dos Sinos, estabelecendo um diálogo próximo com as produções do Grupo de Trabajo de Ecología Política da CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Tais produções expressam concepções teóricas em duas obras referenciais: *La naturaleza colonizada*, *Ecología Política y Minería en América Latina* e *Ecología política*

latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica, e que têm em Hector Alimonda um de seus representantes mais importantes (ALIMONDA, 2011; ALIMONDA et. al. 2017).

O conceito advogado por Alimonda (2011, p. 23) de *naturaleza colonizada*, que problematiza a relação entre modernidade e colonialidade na América Latina, nos possibilita refletir sobre a implantação de uma civilização urbana e industrial no Vale do Rio dos Sinos desde a posição latino-americana de “colonialidade”. Sob a perspectiva da etnografia da duração, realizamos uma breve arqueologia do mundo do trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos e das territorialidades que dele derivam.

Não é por acaso que os mitos fundacionais que narram a criação da cidade de Novo Hamburgo têm por fundamento narrativas sobre o Vale dos Sinos como “terra das oportunidades”. Uma terra formada por um vale banhado por uma profusão de rios e córregos que foram fundamentais tanto para a sobrevivência de famílias de “colonos”, assentadas, em geral, em territórios próximos às suas áreas de várzeas e banhados, quanto para, posteriormente, a mercantilização de suas águas, visando a implantação e o crescimento da indústria coureiro-calçadista.

Não se trata de isolar a exploração predatória da fauna e da flora, das terras e das águas no sul do Brasil Colônia daquelas que se desenvolveram no Brasil Império e no Brasil Republicano e democrático. Nesse sentido, apesar das diferenças nas escalas de impacto ambiental que tais gestos provocaram na América Latina como um todo, as grandes metrópoles contemporâneas do Brasil ainda podem reconfigurar em suas entranhas um espaço subalterno, arrasado, em obediência às necessidades de diferentes regimes de acumulação. Segundo Alimonda (2011, p.27), a reescrita de narrativas da modernidade nas fronteiras dos ecossistemas do Novo Mundo, desde outro ponto de vista, o que denomina *giro decolonial*, poderia resultar em leituras alternativas das lógicas hegemônicas sobre o modo de produção capitalista na América Latina, segundo as quais a destruição de ecossistemas pode ser pensada como resultado das complexas relações entre os seres humanos que incluem violência e poder e são mediadas pelos recursos naturais (ALIMONDA, 2011, p.36).

Uma das razões para pensarmos a troca incessante entre sociedade e natureza, em referência à *situação de colonialidade* (QUIJANO, 2005), deve-se ao fato de o Vale do Rio dos Sinos ser uma região onde ocorreu uma intensa imigração alemã durante o século XIX (em um esforço de branqueamento do Brasil Império). Ali, instalaram-se algumas das atividades industriais mais relevantes do sul do Brasil – para além da indústria do charque, na região de Pelotas, e na trilha da exploração de minérios e dos ciclos de monoculturas de exportação – por meio da implantação de indústrias com graus de poluição e destruição catastróficos, como veremos a seguir. Para esse autor, a dominação colonial na América estimulou a criação de um capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico que teve a ideia de raça como experiência básica da dominação.

Para Quijano (2005, p. 117), a ideia de raça atuou não apenas como codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados, mas como controle e exploração do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Sob esse ângulo, podemos narrar a memória ambiental no Vale dos Sinos atentos à colonialidade do poder no processo de implantação de uma civilização urbano-industrial, tendo como foco a produção coureiro-calçadista e a mercantilização da força de trabalho na região, segundo uma divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005, p. 119), não apenas na Novo

Hamburgo do século XIX, mas na nova estrutura global de controle do trabalho dos séculos XX e XXI.

Vale lembrar que o mito do trabalho-livre na Província de São Pedro atribuído à chegada dos colonos alemães no sul do Brasil se deve à colonialidade do controle do trabalho (QUIJANO, 2005, p. 120-121), ou seja, ao fato de o trabalho assalariado se concentrar quase que exclusivamente entre os brancos (sendo um de seus privilégios) em contraste com as formas de trabalho não assalariada, que permaneciam como um fenômeno restrito aos índios, negros e mestiços.

Diante das contribuições de ambos os autores na área da ecologia política, abordamos a memória ambiental considerando dois pontos que figuram a transposição de uma civilização urbana e industrial no Vale dos Sinos, suas lógicas de acumulação e de controle político e social sobre o território: a colonização portuguesa e a imigração alemã no Vale.

Mas não podemos avançar sem referenciar como a “questão ambiental” e as visões da natureza aparecem dentro do quadro desenhado pela perspectiva da ecologia política. Em particular, referimo-nos às mudanças de paradigmas no interior do imaginário desenvolvimentista da natureza inesgotável, o qual toma forma no credo progressista na América Latina desde os primórdios de sua conquista (SVAMPAS, 2011). Para Svampas (2011), essa cosmovisão desenvolvimentista não apenas se transforma, mas sofre sucessivas atualizações que a autora persegue a partir do conceito de giros ecoterritoriais. A autora destaca as novas correntes ecológicas, cuja visão acentua que os recursos naturais, os ecossistemas e o ambiente se transfiguram pela crise do paradigma do progresso e de uma crítica à cosmovisão de uma sociedade industrial de consumo. Um movimento que, segundo a autora, com base nos estudos de Martinez-Alier (2005), afirma o culto à vida silvestre em oposição ao crescimento econômico, assinala o credo ecoeficientista do desenvolvimento sustentável ou da modernização ecológica, e, finalmente, reforça o movimento de justiça ambiental, acentuando os conflitos ambientais como fruto da divisão internacional e territorial do trabalho.

O simbolismo do imaginário desenvolvimentista na América Latina é tributário da condição de colonialidade moderna, representado na região do Vale do Rio dos Sinos pela forma como transcorreu sua ocupação e pela revitalização do mito fundacional que se nutre da perseverança da imagem da natureza inesgotável de seus rios e córregos, riachos e ribeiros, matas e várzeas que configuram o Vale dos Sinos na memória ambiental da região. Sem dúvida, sob o ângulo de tais giros ecoterritoriais aqui mencionados, a memória dos conflitos ambientais no Vale do Rio dos Sinos aponta para camadas de tempos distintos nas formas como podemos adentrar as narrativas da instalação de uma civilização urbano-industrial em seus giros ecoterritoriais. E tais camadas de tempo se articulam por meio da redundância e da repetição do imaginário desenvolvimentista em meio aos seus giros ecoterritoriais.

Neste ponto, torna-se relevante apontar para o fato de não ser por acaso que em nossa pesquisa sobre paisagem, territorialidades e o mundo do trabalho adotamos o universo da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos para os estudos da memória ambiental na região. Dentro de uma perspectiva dos estudos de etnografia da duração, uma bacia hidrográfica não se trata apenas de um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes e subafluentes, em que a dinâmica de suas águas consiste no escoamento dos pontos mais altos aos mais baixos.

A delimitação da bacia hidrográfica para os estudos de memória ambiental, conforme o paradigma da ecologia política aqui adotado, revela-se, por um lado, fundamental para a realização de uma etnografia dos conflitos socioambientais em múltiplas escalas temporais, atenta aos distintos ecossistemas onde os diversos grupos sociais constroem um modo de vida particular. Nesses termos, podemos (re) interpretar os temas da natureza colonizada ou da colonialidade do poder no interior de movimentos ou ciclos econômicos no Vale dos Sinos, em razão da instalação de uma civilização urbana e industrial na região, por um lado, e, por outro, como parte de conteúdos semânticos e seus mitos condutores que marcam estilos de um momento ou de uma época.

O VALE DO RIO DOS SINOS-RS E OS CONFLITOS AMBIENTAIS

A região do Vale do Rio dos Sinos associa-se, em termos de memória social, às imagens das primeiras atividades industriais do Rio Grande do Sul. Essas imagens, por sua vez, vinculam-se à imigração alemã e à implantação do trabalho livre e assalariado em contraposição ao trabalho escravo. A partir da economia de extração, seguida da agropastoril, edificada pelos colonizadores portugueses, ergueu-se uma economia urbano-industrial representada sob a égide da mão de obra imigrante.² A ocupação territorial do Vale do Rio dos Sinos foi marcada por distinções de cunho étnico e racial, colocando em posição diferenciada os diferentes grupos que habitavam a região. Desse modo, as diferenciações de raça e etnia fizeram parte dos conflitos pela disputa do território e dos seus recursos naturais. Enquanto negros, indígenas, descendentes de portugueses e açorianos foram associados a imagens de atraso e estagnação econômica, os imigrantes alemães foram vinculados às representações de progresso e desenvolvimento (ROCHA, NUNES e FIGUEIREDO, 2016).

O desenvolvimento industrial do Vale dos Sinos ao longo do século XX foi acompanhado por tensões e conflitos ambientais em decorrência do tipo de industrialização ali instalada, considerada “indústria suja”, especialmente devido ao processo químico utilizado no tratamento do couro, que resultou em um alto nível de contaminação do solo e da água (NUNES, FIGUEIREDO e ROCHA, 2015). Não obstante, os riscos ambientais e seus impactos na saúde da população do Vale foram muitas vezes silenciados e negligenciados (FIGUEIREDO, LENZ e NUNES, 2014).

No plano da memória social do Vale do Rio dos Sinos, tem-se o valor trabalho como marca identitária da região e, portanto, força aglutinadora da memória coletiva das comunidades urbanas locais (NUNES et al. 2013). A imigração alemã e o trabalho nas curtidoras e nas fábricas de calçados são elementos conformadores da cultura urbana da região. Ao longo do século XX, assistiu-se tanto ao apogeu quanto à crise da indústria coureiro-calçadista, causando rupturas no imaginário urbano em torno da imigração alemã e do desenvolvimento econômico da região. As transformações oriundas do deslocamento de algumas indústrias, do capital local e da mão de obra para outras regiões do país e mesmo para o estrangeiro, em particular para o Nordeste do Brasil e para a China (PEREIRA, 2002), são elementos presentes nas narrativas dos nossos interlocutores de pesquisa.

Na perspectiva de registrar relatos que ajudem a compor a memória coletiva do

² Independente da divisão do COREDE Vale dos Sinos que engloba 14 municípios, a indústria coureiro-calçadista concentrou-se em alguns municípios: Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Portão e Sapiranga.

mundo do trabalho no Vale do Rio dos Sinos, este artigo traz fragmentos de narrativas de homens e mulheres considerados protagonistas na edificação da indústria curtidora no RS, portanto, representantes tanto do trabalho quanto do capital. Os interlocutores da pesquisa são proprietários ou ex-proprietários de curtumes, filiaram-se ou filiam-se a associações de classe, na sua maioria. Também dialogamos com alguns funcionários que ocuparam ou ocupam posições de gerenciamento dos curtumes ou das entidades representativas do setor.

Destacamos que apresentamos fragmentos dessas memórias, que foram registradas a partir dos procedimentos da etnografia da duração acoplados a recursos audiovisuais para captação de imagem e som. Para atender aos interesses deste artigo, os relatos gravados foram decupados e transcritos, passando a palavra viva por várias mediações: das pesquisadoras em situação da entrevista, dos equipamentos audiovisuais, da decupagem, transcrição e revisão da palavra escrita. Não obstante os vários níveis interpretativos (GEERTZ, 1989) decorrentes dessas mediações, nosso objetivo de perseguir o “ponto de vista do nativo” insere-se na busca de compreensão da dinâmica da cultura urbana local, das arqueologias do gesto e da forma relacionadas à ocupação da região, à exploração das matérias aquática e terrestre e às transformações da paisagem urbana.

A indústria curtidora sempre foi tratada como vilã na relação com o meio ambiente. E a *AICSul* sempre foi defender, junto com o sindicato, o tratamento, para que o empresário cuidasse da área ambiental. Isso também foi um preço que as indústrias pagaram. Muitos anos atrás teve uma competitividade em nível de Brasil. Porque nós, aqui, deveríamos tratar, ter as estações de tratamento e investir em equipamentos, enquanto o resto do Estado não tinha. Nós investimos, em nível de Rio Grande do Sul, em nossa indústria, tanto que se nós pegarmos a imagem de Estância Velha, anos atrás, era bem pesada, porque vinha uma RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações, filiada à Rede Globo) da vida fechando os curtumes [...] Mas isso foi um preço que nós também conseguimos realizar, através das entidades, que as empresas que fossem associadas tratassem de sua água e protegessem o meio ambiente. Isso já desde 1970. [...] Claro, que sempre dentro de representatividade de entidade, tem o bom e o mau, quem cumpre e não cumpre. Mas o dever da entidade é orientar para que todos cumpram. (representante da *AICSul*, 2015).

Os encontros e diálogos com os nossos interlocutores, representantes do setor empresarial da indústria do couro, aconteceram mediante a indicação prévia da *AICSul* – Associação de Indústrias de Curtume do RS.³

No relato supracitado, constata-se que a *AICSul*, na condição de associação representativa da indústria do couro, costumava mediar as situações de conflito entre os órgãos fiscalizadores do Estado – responsáveis pelas questões ambientais – e os curtumes, função que ainda mantém no presente. Nosso interlocutor dá visibilidade às tensões resultantes da relação com a mídia, que veiculava frequentemente reportagens relativas às questões ambientais e os curtumes. Do mesmo modo, revela as tensões entre os próprios pares, isto é, entre os empresários locais, especialmente acerca da relação desses com a Associação, deixando entrever que nem todos cumpriam com as orientações e as normas legais, ainda que pressionados pela Associação.

Os nossos sujeitos da pesquisa situam os acirramentos dos conflitos ambientais nas décadas de 70 e 80 do século XX, quando as pressões das instituições do Estado

3 Associação de Indústrias de Curtume do RS. A entidade foi fundada em 1976. Informações em: <http://www.aicsul.com.br/>.

em seus diferentes níveis – municipal, estadual e federal –, e da sociedade em geral, passam a ser frequentes e intensas. A fala dos interlocutores vai em direção à interpretação de Lopes (2006) que identifica o ano de 1972 como um marco para o fenômeno que vai conceituar como ambientalização dos conflitos sociais em virtude da Conferência de Estocolmo promovida pela ONU, a partir da qual muitos Estados nacionais são pressionados a legislar, fiscalizar e adotar políticas públicas de preservação ambiental.

Svampa (2011,2012), ao discorrer sobre os movimentos sociais na América Latina, também sinaliza para o processo que denomina de *ambientalización de las luchas sociales* que leva à formação do giro ecoterritorial, quando o discurso das comunidades locais se une ao discurso ambientalista em defesa da territorialidade, dos bens naturais e da biodiversidade. A autora destaca que:

Bienes comunes, soberanía alimentaria, justicia ambiental y “buen vivir” son algunos de los tópicos que expresan este cruce productivo entre matrices diferentes. Ciertamente, en primer lugar, y a contrapelo de la visión dominante, en el marco del giro ecoterritorial, los bienes naturales no deben ser comprendidos como commodities, esto es, como pura mercancía; pero tampoco exclusivamente como recursos naturales estratégicos, como apunta a circunscribir el neodesarrollismo progresista. Por encima de las diferencias, uno y otro lenguaje imponen una concepción utilitarista, que implica el desconocimiento de otros atributos y valoraciones – que no pueden representarse mediante un precio de mercado, incluso aunque algunos lo tengan. En contraposición a esta visión, la noción de bienes comunes integra visiones diferentes que afirman la necesidad de mantener fuera del mercado aquellos bienes que, por su carácter de patrimonio natural, social, cultural, poseen un valor que rebasa cualquier precio.

Aos conceitos de ambientalização dos conflitos sociais (LOPES, 2006), *ambientalización de las luchas sociales* e giro ecoterritorial (SVAMPA, 2011, 2012), acrescentamos a compreensão dos gestos anteriores às discursividades e arranjos sociais e políticos em torno das questões ambientais. Entendemos a ambientalização das lutas sociais e o giro ecoterritorial em uma perspectiva capaz de abarcar aspectos que são da ordem das sensibilidades e que perduram, o que nos permite falar em arqueologia da memória do trabalho e da memória ambiental. No sentido de unir procedimentos de pesquisa dentro de uma linha da etnografia da duração, conforme propõem Eckert e Rocha (2013), consideramos relevante compreender os arranjos espaçotemporais e suas formas no Vale do Rio dos Sinos, isto é, as imagens e representações que atuam, ao longo do tempo, para a edificação de uma memória do trabalho e de uma memória ambiental.

Meu avô, pais e tios então chegaram à conclusão que o curtume tinha que sair dali. A cidade começou a crescer, crescer e deu problema com aqueles resíduos e tudo, pois ia para os arroios. Então, se achou melhor sair da cidade e ir para fora, né. O que a maioria fez, uma boa parte se afastou do centro. [...] Os curtumes empregavam muita gente. Tinha os “curtumecos” também. No centro de Novo Hamburgo tinha três curtumes bem no centro, ali, onde é o Shopping hoje, ali era o Curtume Jaeger, e o Curtume Silveira era onde é a Tumelero hoje. Nesse “curtumeco”... Eu disse curtumeco quando, na verdade, era curtume. O Silveira Curtume foi muito grande. O Silveira era ao lado do arroio. O

Jaeger, era junto com o arroio. Então, era fácil botar aquela água suja no arroio e ir embora. Mas com o tempo, tinha que parar, não podia mais. A cidade cresceu e tinha que fazer aqueles filtros para que a sujeira... para a água ir limpa. (Ex-proprietário de curtume, Novo Hamburgo, 2015)

Os gestos do trabalho e da ocupação territorial da matriz operário-industrial no Vale dos Sinos inserem-se no interior de dinâmicas econômicas e políticas que não dizem respeito apenas às disputas por território, mas ao direito à exploração irrestrita dos recursos naturais. Os conflitos, portanto, resultam da disputa direta pelo uso desses recursos naturais (Martinez-Alier, 2005).

O arroio ao qual o nosso interlocutor se refere é o Luiz Rau, que atravessa a cidade desde a sua parte central e segue o seu fluxo em direção a São Leopoldo, onde se localiza a foz que deságua no Rio dos Sinos. Segundo Schemes, Castilhos e Magalhães (2015), o principal jornal da cidade de Novo Hamburgo, o *05 de Abril*, nos anos 30 do século XX, já trazia matérias acerca da poluição dos arroios e fazia alusão ao fedor que emanava de suas águas. As autoras destacam uma citação do Jornal NH de 1965, cuja matéria apresenta o arroio Luiz Rau como “a maior praga da cidade”. Não eram os dejetos e os elementos químicos lançados nos arroios que eram considerados pragas, mas os próprios arroios.

A memória do trabalho alicerçou-se sobre ideias de uma natureza inesgotável, a serviço do progresso e do desenvolvimento do Vale. O modelo econômico urbano-industrial, que se pretendia superior ao modelo extrativista e agropastoril (ROCHA, NUNES e FIGUEIREDO, 2016), revelou as suas contradições e estabeleceu tensões e conflitos ao longo da sua duração que nos ajudam a compreender os movimentos sociais e políticos que outros autores, na perspectiva de uma macroanálise, vão localizar a partir do final dos anos 70 do século XX, quando falam da ambientalização dos conflitos sociais (LOPES, 2006) e do giro ecoterritorial (SVAMPA, 2011, 2012).

CRISES E RUPTURAS DO MUNDO DO TRABALHO: PAISAGEM E MEMÓRIA

(O beneficiamento) ele não pega o couro *in natura*, o couro *blue*. Hoje nós temos dentro do Estado... só tem dois (curtumes)... Só um, o Minuano, que faz desde o couro *wet blue*, que é a matéria prima. O beneficiamento é depois desses processos [...] Já pega o couro limpinho para processar. Os curtumes tradicionais, esses aqui, eram da época que vinha o couro em pelo. Tinha que depilar dentro do curtume, por isso que tinha o cheiro na água. Aí tinha que ter as estações (de tratamento). [...] Isso nem existe mais... (representante da AICSul, 2015).

Então é por isso que a gente fala, existe o curtume que a gente chama de *Wet Blue* que é o que trabalha o couro neste estágio até o curtimento, aí, ele curtido se conserva um século. Esse é o tal de curtume *wet blue*. Depois tem o pessoal que faz o acabamento dali pra frente. O acabamento ainda é dividido em dois estágios, de *wet blue* até semiacabado, ou de *wet blue* até o acabado final. Têm curtumes que fazem só o segundo estágio, que não pintam o couro, só recurtam o couro, deixam ele macio, nas condições físicas e ideais para fazer um estofamento ou calçado ou qualquer tipo de coisa (diretor da AICSul, 2015).

Nossos interlocutores não falam apenas de um processo de trabalho que se transforma ao longo do tempo, mas de uma divisão social e espacial do trabalho de tratamento e acabamento do couro que tem impacto na paisagem urbana do Vale do Rio dos Sinos. O fechamento de alguns curtumes e o deslocamento de outros para diferentes regiões do país são narrados com pesar e descontentamento.

Eckert (2009), parafraseando Sansot (1983, p.24), discorre sobre a concepção de paisagem como “sistema de trocas entre o mundo sensível e o mundo das significações”. A paisagem é também território, envolve enraizamento e sentimento de pertença. A paisagem urbana do Vale dos Sinos liga-se à memória das fábricas de calçados e dos curtumes, que foram edificados, na sua maioria, à beira dos arroios. Essa paisagem-território abarca um saber-fazer, por isso não é possível separar a memória do trabalho da memória ambiental.

Pegava-se o couro no frigorífico, salgado. Hoje, não, isso também mudou. Não se pega ele salgado, hoje os curtumes são do lado dos frigoríficos, eles normalmente se instalam no outro lado da rua. Abateu o gado aqui, duas horas depois o couro está no serviço. E isso implica em uma economia de mão de obra de salga, custo de sal e de tempo. Porque tem que salgar o couro, tem que desidratar. Este processo de desidratação de couro, lembro bem, meu avô me ensinou isso, demorava vinte e um dias. Se salgava o couro, estendia-se ele e jogava-se sal por cima, fechavam as pilhas e tinha que deixar vinte e um dias até virar capa e não apodrecer mais. [...] O couro ficava vinte e um dias salgando até desidratar, daí ele se conservava por um ano, de seis meses a um ano para conservar o couro (Diretor da AICSul, 2015).

Talvez uma razão muito significativa, que às vezes a gente esquece de analisar, quando se fala de o porquê diminuíram os curtumes no Rio Grande do Sul, talvez até seja a própria movimentação do rebanho brasileiro. Em épocas passadas o Rio Grande do Sul era o estado que mais tinha boi para abate. Hoje, de longe, o Rio Grande do Sul já perdeu essa posição até para o Acre.[...] 40 milhões de cabeças por ano se abate no Brasil, no Rio Grande do Sul não chega a 2 milhões. Ficou uma coisa insignificante para o resto do Brasil. E o movimento dos curtumes obrigatoriamente segue o movimento dos frigoríficos, pelo menos para as primeiras operações de curtimento e tal (Diretor da AICSul, 2016).

E nós aqui temos muito espaço, [...] é um dado que pouca gente sabe: no Brasil, tem mais boi do que gente. O rebanho brasileiro é maior que a população.

Agora, a *expertise* de acabamento de couro continua aqui no Rio Grande do Sul. O acabamento final do couro, pintar o couro para fazer o acabamento final, essa é a *expertise* do nosso Estado e isso é o que os curtumes fazem aqui, e especialmente quem faz isso são estes segmentos de curtume que eu falei, que é a fase final de processamento do couro, que nós chamamos de seções de acabamento, quero dizer, o pessoal que acaba o couro, pinta o couro, isso está de alguma forma concentrado no Rio Grande do Sul. Isso ainda é um segmento muito importante e que o Rio Grande do Sul ainda mantém a hegemonia (diretor da AICSul, 2016).

Os arroios, as fábricas, o processamento do couro, o saber fazer são imagens evocadas na narração de um tempo vivido. A memória desse saber fazer não se esgota no tempo passado, mas se reestrutura e elege modos de permanecer no tempo. Novamente, recorremos a Eckert (2009, p.91) no seu diálogo com Sansot (1983) para lembrar dos indivíduos e de suas experiências no contexto urbano, experiências essas que acontecem por meio de “reciprocidades cognitivas entre um mundo subjetivo e

um mundo objetivo”. A paisagem-território do Vale dos Sinos une nossos interlocutores no interior de uma “identidade narrativa” (ECKERT, p.87, 2009). A permanência no território-paisagem faz-se pela *expertise* no trabalho de processamento e acabamento do couro, pela posse de um saber fazer que perdura no espaço e no tempo. A Escola de Curtimento localizada em Estância Velha, que em 2015 completou 50 anos, é uma espécie de ícone dessa *expertise*:

Em 1965, inauguraram a Escola (de curtimento), a primeira turma. Ela era administrada pela secretaria municipal de educação (Estância Velha), e esses cinco, seis empresários que eram os mentores do projeto da escola, ao final de um ano, eles viram que isso não era possível e nem funcionava: o secretário municipal ser o secretário da escola, não funcionava, e entregaram a escola para o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, da Confederação Nacional da Indústria) [...] O SENAI assumiu a escola de curtimento. A escola de curtimento foi a primeira escola técnica do SENAI/RS. [...] Em torno de 1.300 alunos foram formados no técnico de curtimento em 50 anos. Isso é muito pouco, mas é porque é uma escola de um único curso e que a gente regula conforme a necessidade do mercado. Então, nós não oferecemos cursos com mil alunos, nunca tivemos. Houve momentos que se ofertavam 60 vagas por ano, outros momentos 30 vagas por ano, outros momentos 90 vagas por ano, chegamos a 90 vagas na década 90, início dos anos 90, ali. Hoje, estamos oferecendo 35 vagas por ano, porque isso é o que atende o mercado. (funcionária da Escola técnica de curtimento, Estância Velha, 2015).

Antigamente o curso era integrado com o ensino médio e aí o curso era de 4 anos. Hoje o curso é de 2 anos e meio, mas ele tá desvinculado do ensino médio, o aluno tem que fazer o ensino médio em outra instituição. Um quesito de ingresso é estar cursando o ensino médio, segundo ano do ensino médio, ou tê-lo concluído, e são dois anos e meio. São dois anos aqui e mais meio ano de estágio, porque a gente mantém esse projeto do estágio supervisionado, a gente acha que isso é uma porta de entrada para o aluno no mercado de trabalho (funcionária da Escola técnica de curtimento, Estância Velha, 2015).

Por ocasião dos seus 50 anos, em 2015, a antiga Escola de Curtimento passou a ser denominada de Instituto Senai de Tecnologia do Couro e Meio Ambiente, marcando um novo momento institucional, quando incorpora à formação técnica profissionalizante outras responsabilidades como a assistência técnica e tecnológica e a pesquisa aplicada.⁴ A nova razão social da entidade passa a carregar simbolicamente o diálogo estreito com as questões relacionadas ao meio ambiente. Movimento que reforça a interpretação de Leite Lopes (2006), quando chama atenção para a ambientalização da vida social.

A transferência de empresas para outras regiões do país, o fechamento de outras devido às dificuldades de competir no mercado econômico global, as dificuldades de adequação das empresas às exigências dos órgãos de fiscalização ambiental e a substituição do couro por outros tipos de matéria-prima na confecção de calçados e bolsas estão entre os principais elementos destacados na fala de nossos interlocutores quando narram a crise da produção coureiro-calçadista no Vale do Rio dos Sinos.

[...] Os curtumes passaram a ter problemas sérios na medida que o consumo interno diminuiu. Quando surgiram os primeiros ensaios de fazer sapato com plástico, a gente

4 Conforme informações disponibilizadas no próprio site da entidade. Disponível em: <<http://www.senairs.org.br/pt-br/noticia/escola-de-curtimento-senai-come-mora-50-anos>>. Acesso em: maio 2017.

pensava que seria uma coisa que nem Copa do Mundo, venderia um par a cada 4 anos; só que esse pessoal foi se aprimorando com tecnologia, foi importando, importando o próprio produto... Hoje, tem sucedâneos que, olha... A gente viveu a vida toda mexendo no couro, e às vezes eu me atrapalho. Uma vez a minha mulher pediu para eu ver se era couro ou se era plástico (o sapato), eu disse: olha, vou ali tomar um copo d'água, daqui a pouco eu volto... A gente olha, e daqui a pouco é muito difícil identificar. Tem plástico, hoje, material plástico, que tem cheiro de couro, que tem defeito, que tem berne, tem carrapato, tem risco, tem os defeitos originais do couro. Então, essa evolução fez com que os curtumes fossem procurar “sua turma” e, por sorte, encontraram a turma, cuidando de estofamento de móveis e estofados; estofamento para carro é hoje um dos grandes mercados para o couro brasileiro, estofamento automotivo. Estou falando de automotivo, de empresas pesadas tipo Mercedes, Honda, Audi, BMW; grande parte da produção dessas empresas é feita com couro brasileiro (diretor da AICSul, 2015).

Nossos interlocutores apresentam tanto a situação de crise como a de reinvenção do setor coureiro-calçadista no Vale dos Sinos. A reinvenção não se limita ao processo produtivo, ao saber fazer, mas se refere à própria “paisagem-território” (ECKERT, 2009), ao Vale dos Sinos, que, na sua condição de lugar “depositário de uma memória singular”, encontra formas de permanecer como ícone da produção coureiro-calçadista.

Agora, hoje, nós estamos falando de legislação; hoje, você nem pode ter mais isso, porque tem uma tal de NR12 que fizeram, uma norma reguladora de 2012 que regula a segurança do trabalho. É uma coisa totalmente absurda, tem mil absurdos, mas tem uma coisa, que se eles consideram que uma máquina não oferece segurança para o operador, o critério do auditor é que essa máquina tem de ser inutilizada, ela não pode ser vendida, ela tem que ser desmanchada, ela não pode ser vendida inteira, porque há o perigo de alguém usar, pode-se ser responsabilizado por alguém se acidentar. Seguramente, é a história que está se perdendo. Agora está se perdendo a história porque hoje a gente não tem mais segurança nem de vender uma máquina velha. Tem que pegar e picar ela, não vai ter mais coisa velha. O pessoal está vendendo e está desmanchando desta forma: vende um pedaço da máquina para um e para outro, para não ter o risco de um mesmo comprar toda ela e montar, e depois vai que alguém se acidenta lá no Acre com uma máquina velha que foi comprada aqui. – Você comprou de quem? – Ah ,na Escola técnica de curtimento (Diretor da AICSul, 2015).

Ao indagarmos aos nossos sujeitos da pesquisa sobre o registro da memória do processo de trabalho vinculado às indústrias curtidoras, obtivemos a resposta de que as máquinas em desuso são imediatamente destruídas. Segundo eles, por força das normas reguladoras da segurança do trabalho, as máquinas não podem ser preservadas. Alguns antigos processos de trabalho sequer foram registrados visualmente por fotografias ou vídeos; só podem ser conhecidos pela tradição oral, pelo relato daqueles que participaram ativamente desse processo e que são, hoje, guardiões dessa memória.

As transformações vivenciadas nos processos de trabalho no Vale do Sinos não estão apartadas das transformações da paisagem urbana. Há “uma dinâmica ecoantropológica” unindo o simbólico ao ecossistêmico e a natureza à cultura (SILVEIRA, 2009, p. 75). Conforme Rocha (2009) só se pode compreender a ambiência urbana e industrial do Brasil moderno atentando-se para o seu processo contínuo de destruição

e recriação, processo esse que remonta à conquista das matérias terrestre e aquática dos trópicos durante os períodos do Brasil Colônia e Brasil Império.

Rocha (2009), ao discutir memória e patrimônio, propõe uma leitura a partir da dialética da duração de Bachelard (1994) e do formismo simmeliano, em defesa da tese de que há uma estética particular na vida urbana brasileira, “disforme e desordenada”, descomprometida com a concepção de um tempo histórico, linear e progressista e de uma “continuidade formal de seus patrimônios materiais e imateriais”. Nessa perspectiva, o tempo presente não seria tributário de um passado estável que caminha em direção a um futuro ordenado e previsível. Ao contrário, ele se configura pela pluralidade dos instantes vividos, por uma “estética da desordem”. Assim, os mitos de fundação das cidades e das regiões, ainda que embalados pelos ideais de progresso, foram ritmados mais pelo “tempo descontínuo dos encontros, confrontos e desencontros entre civilizações” (ROCHA, 2009, p.103).

O desafio das políticas de memória e patrimônio nas cidades brasileiras é encontrar formas alternativas de compreensão e registro dessas memórias marcadas pelo descontínuo. Rocha (2009) propõe novas formas de registro das memórias coletivas e do patrimônio etnológico por meio da utilização de recursos audiovisuais.

Os dados da pesquisa aqui apresentados na forma de fragmentos de narrativas são parte de uma coleção etnográfica que versa sobre a experiência dos sujeitos no cotidiano das indústrias do couro e nas interações com a paisagem urbana, embalados pelas rítmicas do tempo. Nossa intenção é contribuir com o registro das memórias coletivas por meio de uma antropologia urbana que considere os elementos descontínuos, disformes e desordenados da estética urbana.

A nosso ver, os prédios desocupados, as ruínas, a destruição das máquinas são modos de agenciamento temporal que acompanham as cidades brasileiras desde as suas origens, fenômeno que Rocha (2009, p.114-115) caracteriza como destruição criativa, como tentativa de domesticação do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos ambientais narrados por nossos interlocutores ligam-se diretamente ao uso das águas urbanas pelas indústrias de curtume. A estética urbana inaugurada pelo desenvolvimento da indústria curtidora no Vale do Rio dos Sinos foi marcada pela proximidade física e simbólica entre arroios & curtumes. Os arroios são elementos fortes nas narrativas que evocam a memória ambiental em associação à memória do trabalho. Os curtumes à beira dos arroios são imagens recorrentes nas narrativas. Os arroios ganham legitimidade como aliados do “progresso e do desenvolvimento” do Vale.

Não obstante, as comunidades da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos conviveram por longos períodos de tempo com enormes impactos ambientais em razão do uso do sulfato de cromo no processo produtivo do curtimento do couro. Entretanto, em virtude da disposição final dos resíduos produzidos, a própria indústria coureiro-calçadista foi uma das primeiras a se organizar, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, nos moldes dos Comitês de Bacias.

O Comitesinos – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, colegiado instituído por Lei dentro do Sistema Nacional e Estadual de

Recursos Hídricos com poder deliberativo sobre a gestão da água na região do Vale dos Sinos, foi criado em 1997, por meio da Lei Estadual de Recursos Hídricos 10.350 de 10 de dezembro de 1994. Em sua plenária, reúne grupos com interesses e visões distintas sobre os usos das águas da bacia do Rio dos Sinos, dos simples representantes dos usuários da água e ONGs ambientalistas às entidades ligadas à categorias como mineração, geração de energia, indústria e produção rural, entre outras.

Apesar dos esforços no sentido de implantar novos tipos de ação e de controle público dos usos dos recursos biofísicos na região do Vale do Rio dos Sinos, em presença da dinâmica do capital, podemos observar a quase ausência, fora da arena política do Comitesinos, de atores sociais envolvidos em (re)fundar novos arranjos das comunidades urbanas locais com os recursos ambientais. Mesmo diante da explosão de conflitos ambientais no Vale dos Sinos, dos anos 1980, e do giro ecoterritorial das lutas ambientalistas dos anos 90, tais conflitos não foram suficientemente significativos a ponto de motivar um novo reordenamento econômico e territorial para a região. É o modelo industrial que continua operando de forma explícita e implícita nas marcas identitárias e territoriais de suas comunidades urbanas, entre elas, a de Novo Hamburgo.

E mesmo em presença, nas últimas décadas do século XX, de alterações drásticas no cenário das economias regional e local, é o modelo industrial da época de ouro da indústria coureiro-calçadista que, ainda hoje, permanece como referência para a região do Vale dos Sinos. Ou seja, diante de um forte processo de desindustrialização do setor, o paradigma produtivista convive, sem grandes conflitos, com a matriz de cunho ambientalista propagada pela atuação do Comitesinos na bacia do Rio dos Sinos desde os anos 1990. Segundo Arno Kayser (2005), esse convívio vem desde o movimento em defesa do Rio dos Sinos nos anos 70 e da campanha promovida por um grupo de ecologistas pela implantação de tratamento dos efluentes curtumes nos anos 1980, em prol da defesa de suas águas.⁵

Para se compreender como esse fenômeno se processa, em um primeiro momento, buscamos apresentar neste artigo os gestos de fundação de Novo Hamburgo e a constituição dessa paisagem urbana e industrial no Vale dos Sinos. Posteriormente, narramos os conflitos gerados no interior do mundo trabalho, tendo em vista a colonialidade do poder, os lugares da força de trabalho e o tipo de economia que se configura nessa relação entre o mundo do trabalho industrial, a produção coureiro-calçadista, os giros ecoterritoriais e os ecossistemas da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos.

Desse modo, intentamos contribuir para a desconstrução do eurocentrismo presente nas narrativas das ciências sociais e da natureza, veiculado pela racionalidade do ocidente moderno. Os estudos de memória ambiental, nos termos aqui apresentados, contrapõem-se à abordagem do fenômeno do tempo como linear e progressista e seguem o percurso de outros autores, entre eles Alimonda (2011), Todorov (1982) e Gruzinski (2006). Da mesma forma, a etnografia da duração aplicada à investigação do processo de instalação da indústria do curtume no Vale do Rio dos Sinos e, posteriormente, da indústria coureiro-calçadista na região, ao alinhar-se aos estudos de Quijano (2005), em suas análises acerca da “supremacia do Ocidente”, revela o esforço para discutir a colonialidade do poder que configura essas paisagens.

Assim, propusemo-nos a pensar que a instalação de tais complexos industriais e seus saberes e as técnicas correspondentes são elementos que perduram como parte constitutiva da “invenção da América”. Desdobram-se, em período recente, como exemplos ilustrativos do processo de anexação dos territórios das antigas colônias na

5 A propósito, ver <http://arnokayser.wordpress.com/2011/06/27/os-primordios-do-comitesinos/>.

América, agora na condição de Estados-nação, no sistema mundial moderno/colonial. Esse é um processo que transcorre pela via do uso da violência na submissão de corpos, do silenciamento de vozes e de destruição dos ecossistemas de origem, decorrente dos megaprojetos extrativistas e energéticos que se instalam, em múltiplos tempos e espaços na América Latina. A tradição de estudos da ecologia política latino-americana nos permite analisar a pluralidade das narrativas que fundam as relações cidade-natureza no contexto das modernas sociedades complexas.

A crise da indústria coureiro-calçadista no Vale, o fechamento e deslocamento das fábricas e os conflitos ambientais levam-nos a pensar sobre a relação entre memória social, memória coletiva e patrimônio. Indagamo-nos se os conflitos ambientais, que se acentuaram e ganharam visibilidade a partir da década de 70 do século XX, de certo modo, não contribuíram para silenciar e sufocar propostas de políticas públicas de preservação da memória e do patrimônio material e imaterial da indústria do couro, nesse intervalo de tempo do final dos anos 1990 até o momento presente (2018) marcado pelas discursividades em torno da crise do setor. A preservação do patrimônio industrial, desse “saber fazer”, poderia se constituir enquanto uma das alternativas de dinamização da economia local, estimulando o turismo, o comércio e a oferta de serviços. Quiçá um caminho diante deste incessante processo de destruição e recriação (ROCHA, 2009) da vida urbana no Brasil. Não obstante, o patrimônio industrial do Vale do Rio dos Sinos, por sua forte ligação à memória ambiental, poderia ser preservado como parte de uma política pública integrada ao patrimônio ambiental, isto é, como modo de revitalizar e atualizar a defesa e a proteção das águas da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

Ana Luiza Carvalho da Rocha é doutora em Antropologia Social pela Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne. Atua nos PPGs em Diversidade Cultural e Inclusão Social e Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.
Email: analuiza2@feevale.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2294-5932>

João Alcione Sganderla Figueiredo é doutor em Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid. Atua no PPG em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale.
Email: sganfigure@feevale.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3693-9752>

Artigo recebido em 17 de janeiro de 2018 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2018.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (coord.). *La Naturaleza Colonizada: ecología política e mineria en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ALIMONDA, H. PEREZ, C. T. (org). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Buenos Aires: Facundo Martín, CICCUS; México : Universidad Autónoma Metropolitana, CLACSO, 2017.
- BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DEVOS, R. V. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. 2007. 275 p. Tese Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DEVOS, R.V. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v. XII., n.2, p. 293-306, jul-dez, 2009.
- DEVOS, R.V., SOARES, A.P.M. e ROCHA, A.L.C., Habitantes do Arroio – memória ambiental das águas urbanas. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 22, p. 51-64, 2010.
- ECKERT, C. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In: SILVEIRA, F.L.A.; CANCELA, C.D. *Paisagem e Cultura*. Belém: EUFPA, 2009.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- ECKERT, C.; ROCHA, A.L.C. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavivisual, 2013.
- FIGUEIREDO, J. A. S.; LENZ, C. A.; NUNES, M. F. Aproximación de las Teorías del

- Riesgo en Estudio de Caso en el Sur de Brasil. *Ambiente & Sociedade* (Online), v. 17, n.1, p. 133-150, 2014.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2006.
- HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- KAYSER, Arno. Os primórdios do Comitesinos. *Para pensar a ecologia em dias tão confusos*. Blog do autor, nov., 2005. Disponível em: <https://arnokayser.wordpress.com/2011/06/27/os-primordios-do-comitesinos/>
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jun. 2006.
- MARTINEZ ALIER, J. *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria/FLACSO-Ecologia, 2005.
- NUNES, M. F.; FIGUEIREDO, J. A. S.; ROCHA, A. L. C. Sinos River Hydrographic Basin: urban occupation, industrialization and environmental memory. In: *Brazilian Journal of Biology*. São Carlos, v. 75, n. 4, supl. 2, p. 3-9, dez. 2015.
- NUNES, M. F.; ROCHA, A. L. C.; MAGALHÃES, M. L.; KUHN JUNIOR, N. Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil, *Etnográfica*[online], Lisboa, v. 17, n. 2, p.269-291, 2013.
- PEREIRA, J M. D. Um modelo teórico para explicar a transferência de capital entre regiões desigualmente desenvolvidas aplicado ao caso da indústria de calçados. *Revista Ensaios da Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, 23 (2): p. 923-948, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: jan. 2018.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Papirus, v.I, 1994.
- ROCHA, A.L.C. A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas da cultura em sociedades complexas. In: SILVEIRA, F.L.A.; CANCELA, C.D. *Paisagem e Cultura*. Belém: EUFPA, 2009.
- ROCHA, A.L.C.; NUNES, M.F.; FIGUEIREDO, J.A.S. Paisagens e Territorialidades da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: uma etnografia do trabalho e da memória ambiental. In: RODRIGUES, M.A.S.; KAYSER, A.C.; PEDDE, (orgs.) *Rio dos Sinos e Qualidade Ambiental*. Porto Alegre: Evangraf, 2016.
- SANSOT, P. *Variations Paysagères*. Paris: Klincksieck Esthétique, 1983.
- SCHEMES, C.; CASTILHOS, D.; MAGALHAES, M. Luiz Rau creek and the city of Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. In: *Brazilian Journal Biology*. São Carlos, v. 75, n. 4, supl. 2, p. 10-15, dez. 2015.
- SILVEIRA, F.L.A. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, F.L.A.; CANCELA, C.D. *Paisagem e Cultura*. Belém: EUFPA, 2009.
- SIMMEL, G. *A Filosofia da Paisagem*. Covilhã: Lusosofia Press, 2009.
- SVAMPA, M. Modelos de desarrollo, cuestion ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Hector (coord). *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones Ciccus/CLACSO, 2011. p.181-215.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: *Revista Observatorio Social de América Latina-OSAL*. Movimientos socioambientales en América Latina, Buenos Aires, Año XIII, n.32, p. 15-38, nov. 2012.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982.